



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003-2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE EM GERAL, PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIPEBA/BA.

RECORRENTE: EFRAM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E PAPELARIA LTDA – CNPJ nº. 14.568.430/001-19;

CONTRARRAZOANTE: OTONIEL SEIXAS CARDOSO NETO – ME – CNPJ nº 11.172.068/0001-74;

CONTRARRAZOANTE: GM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 56.991.448/0001-79;

I. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

Do direito de apresentar o Recurso, a Lei 14.133/2021, Art. 165, estabelece o seguinte:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I. - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a. ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b. julgamento das propostas;
- c. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d. anulação ou revogação da licitação;
- e. extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II. pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

Considerando que a licitante manifestou sua inconformidade dentro do prazo previsto na legislação vigente, não remanescem dúvidas quanto à tempestividade dos recursos interpostos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



II. DAS RAZÕES DE RECURSO DA LICITANTE:

A licitante EFRAIM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E PAPELARIA LTDA, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, solicita a **desclassificação** de três empresas participantes do certame por supostos descumprimentos das exigências do edital, tanto em relação às propostas quanto à documentação de habilitação, trazendo os seguintes argumentos em suas razões:

1. GM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA

- Lotes 01 e 02: Teria solicitado desconto linear sem atender às regras de apresentação de amostras e não comprovou o envio dentro do prazo previsto.
- Lote 06 (item 12): Marca ofertada não atende ao edital.
- Documentação: Balanço patrimonial incompleto e em desacordo com a ITG 1000; empresa inapta na Receita Estadual; atestados de capacidade técnica sem comprovação por notas fiscais.

2. ITALO ROSADO DE OLIVEIRA MIRANDA

- Lote 03 (itens 1, 2, 3, 8 e 22): Marcas indicadas seriam inexistentes ou não reconhecidas como fabricantes/comercializadores dos produtos, contrariando o edital.

3. OTONIEL SEIXAS CARDOSO NETO ME

- Lote 05 (itens 5, 6, 7 e 10): Marcas inexistentes ou que não fabricam os produtos exigidos.
- Documentação: Balanço sem índices contábeis, sem notas explicativas e sem CRC atualizado; atestados técnicos sem comprovação por notas fiscais.

Diante disso, a empresa requer a imediata desclassificação e inabilitação das concorrentes mencionadas por inobservância às exigências editalícias e à legislação vigente, de acordo com os apontamentos retromencionados.

III. DAS CONTRARRAZÕES

1) Otoniel Seixas Cardoso Neto – ME – CNPJ 11.172.068/0001-74

A empresa Otoniel Seixas Cardoso Neto – ME – CNPJ 11.172.068/0001-74, por meio de seu representante legal, apresentou contrarrazões ao recurso interposto pela empresa EFRAIM Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Papelaria LTDA, contestando os argumentos da recorrente e pleiteando a manutenção de sua habilitação e classificação nos Lotes 04 e 05 da licitação.

- a) Sobre as marcas alegadamente inexistentes (itens 5, 6 e 7) A empresa reconhece a possibilidade de substituição das marcas questionadas por outras de mercado (DELLO e BIC), sem prejuízo à qualidade exigida. Solicita abertura de diligência para regularização, com base na possibilidade de saneamento de falhas prevista na jurisprudência do TCU (Acórdão 616/2010) e legislação vigente (Lei nº 13.303/16).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



- b) Sobre a ausência de índices contábeis e do CRC do contador Alega que a empresa apresentou documentação que comprova sua capacidade econômico-financeira, e que eventual ausência do CRC pode ser sanada por diligência, inclusive anexando o referido documento nesta fase recursal.
- c) Sobre a falta de notas fiscais que comprovem os atestados de capacidade técnica Sustenta que a exigência de notas fiscais para validar atestados não é prevista na legislação, sendo suficiente a apresentação dos próprios atestados. De todo modo, junta nota fiscal nesta fase para afastar a dúvida levantada pela recorrente.

A empresa requer o não acolhimento do recurso da EFRAIM, defendendo a legalidade de sua habilitação e classificação, e solicitando a manutenção da decisão da Comissão de Licitação. Caso contrário, requer que o processo seja encaminhado à autoridade superior conforme previsto no §2º, I, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

2) GM Empreendimentos Comerciais e Serviços LTDA – CNPJ nº 56.991.448/0001-79

A empresa GM Empreendimentos apresentou contrarrazões em resposta ao pedido de desclassificação formulado pela empresa EFRAIM Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Papelaria LTDA, em sede de recurso administrativo, refutando as alegações quanto a supostas irregularidades em sua proposta e documentação de habilitação nos Lotes 01, 02 e 06 do certame, atacando os principais pontos de defesa:

- a) Amostras (Lotes 01 e 02): Alegou-se que a exigência de envio de amostras se aplica apenas ao licitante classificado em primeiro lugar após aceite da proposta, conforme edital e Termo de Referência. Como a empresa não foi formalmente convocada para apresentar amostras, não há que se falar em descumprimento.
- b) Marca ofertada (Lote 06, item 12): A empresa reconhece possível equívoco na indicação da marca “JOCAR OFFICE”, mas compromete-se a substituir por outra marca que atenda plenamente às especificações do edital, sem alterar os preços. Reforça que o edital não exigia marca específica.
- c) Documentação de habilitação
 - i. Balanço patrimonial: Foi apresentado balanço de abertura, permitido para empresas recém-constituídas. O edital não exigia índices contábeis nem menção à ITG 1000.
 - ii. Regularidade fiscal estadual: A suposta inaptidão referia-se a pendência meramente cadastral (ausência de adesão ao DTE), já sanada. A empresa apresentou certidão negativa válida.
 - iii. Capacidade técnica: Os atestados foram devidamente apresentados. A exigência de notas fiscais para validá-los não consta no edital e fere jurisprudência consolidada do TCU. Caso necessário, a empresa se dispõe a apresentá-las em diligência.
- d) A empresa reforça que apresentou a proposta mais vantajosa à Administração e que sua desclassificação por meras falhas sanáveis seria contrária aos princípios da economicidade, razoabilidade e busca pelo interesse público.

Requer o acolhimento das contrarrazões de recurso apresentadas, o indeferimento do pedido de desclassificação e a manutenção de sua habilitação e classificação nos Lotes 01, 02 e 06, com possibilidade de apresentação de documentos complementares, se necessário.



IV. DA ANÁLISE DO MERITO RECURSAL

Em sede preliminar, cumpre destacarmos que **o processo licitatório possui amplo condicionamento aos princípios consoantes no art. 37, da Constituição Federal**, que versam sobre a sua submissão à **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, de modo que as contratações públicas devem atentar-se a estes direcionamentos quando da utilização das modalidades licitatórias previstas em lei específica.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:

Imperioso ressaltarmos que, em ramificação aos princípios constitucionais que regem a atuação da Administração Pública, a licitação tem como premissa a escolha da **melhor proposta**, dentre aqueles que **preencherem os requisitos pré-estabelecidos no instrumento convocatório para que chegue à satisfação da necessidade pública**. Dito isso, **é precípua a satisfação do interesse público nas contratações realizadas pelo Poder Público** e a forma em que se busca isso é através da realização de contratações eficientes que venham a suprir as necessidades coletivas.

A Lei 14.133/21, conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe diversas inovações e mudanças significativas no processo licitatório no Brasil. Entre essas mudanças, encontram-se os princípios que vinculam às contratações, que podem ser encontradas no artigo 5º da referida lei:

Art. 5º **Na aplicação desta Lei**, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do **interesse público**, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, **da razoabilidade**, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, **da economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Em respeito a estes princípios norteadores dos certames licitatórios, adentraremos ao mérito das questões referentes as razões apresentadas pela licitante recorrente, trazendo, em um primeiro cenário, a possibilidade de análise do andamento processual licitatório sob o enfoque de evitar o que se chama excesso de rigor.

O formalismo moderado se configura como um dos conceitos adotados nas licitações, principalmente como forma de resguardar o interesse público, de modo que as cláusulas editalícias e demais normas jurídicas não venham a influenciar em uma má contratação para a



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



Administração Pública, tendo em vista que sua aplicabilidade engessada lesa diretamente o patrimônio público.

Essa possibilidade de analisar as exigências de forma mais flexível não significa aceitação de toda e qualquer documentação, mas permite que o condutor do certame possa determinar a ordem principiologicamente ao caso prático com intuito claro de possibilitar a melhor contratação para o ente, resguardando os interesses coletivos.

No caso em comento, temos que fora adotado o critério de julgamento menor preço por lote, o que implica dizer que se sagrou vencedor aquele que ofertou o que se pretende adquirir com menor dispêndio econômico para o município. Prevalece, nesta situação, o favorecimento à economicidade, que deverá ser considerado na análise documental de classificação das propostas e posterior habilitação da vencedora.

Partindo desse pressuposto, o Tribunal de Contas da União tem o seguinte entendimento jurisprudencial consolidado:

Não se desclassifica propostas de licitante pelo descumprimento de exigências pouco relevantes, em respeito ao princípio do *formalismo moderado* e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Acórdão 11907/2011-Segunda Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN

Adequando a situação fática, podemos afirmar que deverá prevalecer a obtenção da proposta mais vantajosa face a outros princípios, de forma que a normativa regente do certame não deve ser analisada isoladamente, mas considerando todo o contexto e adequando-o ao caso prático.

a) Da possibilidade de aceitação de produto diverso da proposta e da exigência de amostra:

Em razão da vedação legal de indicação de marcas nos certames licitatórios, a Administração Pública apenas pode definir as características necessárias ao atendimento das suas necessidades, de modo objetivo e sem direcionamento, tendo em vista que o mercado pode apresentar o mesmo modelo, com a mesma função, mas de diferentes marcas.

Ocorre que houve a apresentação de produto que não atinge os parâmetros estabelecidos no edital, mas que foi classificada como a melhor oferta. Em oportuno, se partíssemos de uma análise rigorosa dos termos editalícios, deveria haver a desclassificação destas, por não atenderem o que se exige no instrumento convocatório.

No entanto, em razão do princípio do formalismo moderado, **desclassificar uma proposta que apresentou o menor preço e que irá gerar maior economicidade ao município, em razão da marca, se configuraria excesso de rigor por parte do ente licitante.** Em mesmo sentido, **as arrematantes asseguram a substituição dos itens por outros que atendam a demanda licitada, mantendo o valor da proposta inicial**, hipótese que não acarretará prejuízos ao município.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



Em mesmo intuito, a Administração Pública, ao conduzir o processo licitatório e firmar o respectivo contrato, **compromete-se a zelar pela fiel execução do objeto contratado**, dispondo de mecanismos específicos para assegurar que os bens entregues estejam em conformidade com as especificações constantes do edital e do Termo de Referência.

Nestes moldes, a atuação do fiscal de contrato é fundamental, pois cabe a esse agente acompanhar e verificar, de forma técnica e contínua, se os produtos recebidos ou os correspondem exatamente às exigências pactuadas, **garantindo assim o atendimento ao interesse público e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.**

No que diz respeito a **apresentação de amostra**, o Edital diz o seguinte:

10.1.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra no prazo limite de 5 dias úteis, no setor de licitações, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

Desta forma, a obrigação de apresentar amostras só surge após a aceitação da proposta de preços apresentada pelo licitante classificado em primeiro lugar. Ou seja, a empresa só é chamada a apresentar a amostra depois que a Administração aceita o valor proposto. A partir desse aceite, a empresa classificada tem até 5 dias úteis para entregar a amostra no local indicado). Esse prazo é contado a partir da convocação formal para apresentação.

Em uma análise aos termos editalícios, podemos então afirmar que apenas o primeiro colocado entrega amostra, após ser formalmente convocado, em até 5 dias úteis, de modo que não houve nenhum descumprimento por parte das arrematantes quanto a esta exigência, tendo em vista que o município não realizou o chamamento.

b) Da Certidão de Regularidade Fiscal Estadual

A legislação atinente à regularidade com o fisco estadual tem por finalidade verificar se a empresa se encontra em conformidade com suas obrigações perante a Fazenda Estadual. Contudo, eventuais pendências de natureza meramente cadastral extrapolam o escopo dos requisitos de habilitação previsto na Lei nº 14.133/2021, não configurando, por si sós, impedimentos válidos à participação no certame.

A exigência legal concentra-se na apresentação de certidões que comprovem a **regularidade quanto aos débitos tributários exigíveis**, sendo indevido ampliar tal requisito para abranger aspectos cadastrais que, embora administrativos, **não impactam na adimplência fiscal da licitante.**

c) Da exigência de nota fiscal como critério de habilitação técnica:

A Lei nº 14.133/2021 é clara ao estabelecer os requisitos necessários para a comprovação da qualificação técnica das licitantes, limitando-se ao que expressamente prevê o seu texto legal. Nesse sentido, o artigo 67, da referida norma dispõe que a qualificação técnico-operacional será demonstrada por certidões ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de objeto compatível em características, quantidades e prazos com o que está sendo licitado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Implica salientarmos que, **exigir, no instrumento convocatório, a apresentação de notas fiscais em conjunto com os atestados como condição para comprovação da qualificação técnica extrapola os limites legais e impõe ônus adicional não previsto na legislação.** Nessa toada, não há qualquer irregularidade no fato de os atestados não estarem acompanhados das respectivas notas fiscais, especialmente quando o edital não impôs tal exigência de forma clara e fundamentada.

d) Da vantajosidade das propostas

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, **a licitação tem por finalidade assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública,** promovendo, simultaneamente, o desenvolvimento nacional sustentável e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório.

Nesse contexto, é imperioso destacar que eventual desclassificação de licitante que apresentou a proposta mais vantajosa, fundada exclusivamente em questões meramente formais ou sanáveis, sem prejuízo à competitividade ou ao atendimento do interesse público, configura medida desproporcional e contrária aos fundamentos do novo regime jurídico licitatório.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



O TCU traz a seguinte abordagem:

É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Acórdão 1204/2024-Plenário | Relator: VITAL DO RÉGO

A análise da vantajosidade da proposta deve considerar o aspecto econômico, mas também a aderência aos critérios técnicos estabelecidos no edital, **devendo prevalecer a solução que melhor satisfaça o interesse público, dentro da legalidade e da razoabilidade**. Nesses termos, a manutenção da proposta apresentada pela licitante, devidamente classificada e em conformidade com os requisitos essenciais de habilitação e julgamento, coaduna-se com os princípios que norteiam o procedimento licitatório, especialmente os da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Diante de todo o exposto, resta demonstrado que **não há qualquer irregularidade apta a macular o presente processo licitatório**, tampouco fundamento jurídico que justifique a desclassificação das licitantes arrematantes. As alegações apresentadas carecem de respaldo técnico e legal, revelando-se meras tentativas de afastar concorrente que apresentou proposta vantajosa e em conformidade com as exigências editalícias.

Preservando-se os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa, deve ser mantida a habilitação e classificação das empresas no certame, garantindo-se a lisura, a regularidade e a continuidade do procedimento licitatório.

V. DA DECISÃO

Assim, após detida análise das manifestações recursais apresentadas, e em observância aos princípios que regem a Licitação e a Administração Pública, conclui-se pelo CONHECIMENTO dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas recorrentes, por serem tempestivos. No mérito, contudo, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso interposto, **mantendo-se a decisão que classificou as propostas das licitantes** OTONIEL SEIXAS CARDOSO NETO – ME – CNPJ nº 11.172.068/0001-74 e GM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 56.991.448/0001-79, pelos fundamentos anteriormente expostos.

Ibipeba, 15 de maio 2025.

RHALLBER VIEIRA DE SOUSA
Prefeito Municipal